

A TRAJETÓRIA DE INCERTEZAS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: O EXEMPLO DA BARRAGEM SERRA DO FACÃO - RIO SÃO MARCOS, SUDESTE DE GOIÁS (BRASIL)*

Helena Angélica de Mesquita Prof^o Dra. Orientadora do projeto principal – Universidade Federal de Goiás/ Campus de Catalão; Rua Leopoldo de Bulhões, nº. 506, Apto.1203.
Cep. 75703040, Catalão/GO - helena@wgo.com.br

Jaqueline Vaz da Silva - Bolsista PIBIC Universidade Federal de Goiás/ Campus de Catalão; Av. Cristiano Aires, nº. 199, Bairro: Centro, Cep. 75701390, Catalão / GO;
jaquelinegeo@bol.com.br

Grupo de pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM)

INTRODUÇÃO

Este texto é um produto do projeto de pesquisa “**Expropriados da barragem AHE Serra do Facão – rio São Marcos: uma trajetória de incertezas**” que vem sendo desenvolvido desde 2002 e está acompanhando e registrando a implantação da barragem para Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Serra do Facão no rio São Marcos, bacia do Alto Paraná. Vale ressaltar que o São Marcos é uma das nascentes do Paraná e que ainda corre livremente, mas está ameaçado pela construção de quatro barramentos. O vale do São Marcos é uma das áreas mais bem preservadas do cerrado brasileiro. Na área atingida pela barragem Serra do Facão residem cerca de quatrocentas famílias de camponeses que produzem sua existência em completa harmonia com o ambiente.

O projeto de pesquisa citado acima é desenvolvido em três etapas: a primeira acompanha as negociações entre os atingidos e os empreendedores da obra, a segunda registra o deslocamento da população, e a terceira etapa visa a verificar em que condições se encontram os atingidos depois do processo de deslocamento.

As etapas do projeto não são necessariamente em seqüência cronológica, visto que a evolução está condicionada ao andamento de implantação da barragem. Os estudos já realizados pelos pesquisadores vinculados ao projeto já evidenciaram que, nas barragens já construídas no Brasil, não se tem notícia do atendimento satisfatório a população atingida. A migração compulsória tem se mostrado extremamente perniciosa, pois os atingidos raramente conseguem recompor suas vidas nos padrões anteriores. O processo provoca o rompimento de teias de relações sociais centenárias, e não existe compensação financeira para prejuízos culturais e afetivos, porque essas são raízes que não podem ser transplantadas. No caso da Serra do Facão já se anunciam os graves problemas que o empreendimento ocasionará para a sociedade e para o ambiente.

O MOVIMENTO CONTRA A BARRAGEM SERRA DO FACÃO

Existe uma série de pesquisas acerca dos impactos sociais das hidrelétricas e a maioria trata dos desdobramentos do processo, visto que abordam as populações já removidas, muitas vezes em conflito e ainda reivindicando direitos. No caso em questão, a pesquisa iniciou-se junto à implantação do empreendimento e isso tem possibilitado o acompanhamento passo a passo de todo o processo. Um dos resultados do trabalho dos pesquisadores junto à população atingida é o apoio e subsídio para a construção de um amplo movimento popular contra a barragem Serra do Facão. Inicialmente os atingidos se organizaram para garantir indenizações mais justas, em seguida compreenderam que mais importante era lutar pelo direito de permanecer na terra, na sua terra na beira do São Marcos, plantando a terra e cultivando a identidade camponesa, marcada pela solidariedade e profundo respeito para com a natureza, inclusive a natureza humana. O movimento aglutina movimentos sociais e conta com o apoio de vários segmentos da sociedade organizada. E por conta das ações do movimento, até hoje as obras da barragem ainda não se iniciaram, apesar da concessão das licenças ambientais, Licença Prévia (LP) e Licença de Implantação (LI) concedidas pelo órgão licenciador, no caso o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, por ser o São

Marcos um rio federal. Esse é mais um exemplo de luta pela terra no país do agronegócio e do hidronegócio, explicitado pela privatização da energia e das águas.

O MODELO ENERGÉTICO BRASILEIRO

O atual modelo energético brasileiro, uni modal, dependente das hidrelétricas, é altamente predatório para a natureza e para a sociedade. Além disso, a expansão das hidrelétricas não resolve a questão da vulnerabilidade do setor, concentrado apenas em uma matriz energética.

A preocupação com os impactos regionais sobre os meios natural e social vem crescendo à medida que se conhecem os exemplos de barragens já construídas no Brasil, e especialmente no Estado de Goiás, com destaque para Serra da Mesa e Cana Brava, no rio Tocantins. E se o modelo é predatório por princípio, nas regiões de cerrados os problemas se potencializam, agravados pelas formas de ocupação e pelas estruturas do solo e do relevo.

É no ambiente de cerrado, ecossistema marginalizado pelas leis ambientais e pelos diversos programas governamentais, que vários projetos de barragens para AHE estão em fase de estudo, licenciamento e de construção, tais como: AHE de Nova Aurora, Goiandira, Serra do Paredão II e Foz da Laje II no Rio Veríssimo; Serra do Facão, Paraíso, Paulistas e Mundo Novo no Rio São Marcos; Serra da Bocaina no Rio Paranaíba; Corumbá II, Corumbá III e Corumbá IV no Rio Corumbá; Farofa, Rancho, Quilombo e Tabocas no Rio Meia Ponte. Estamos na iminência de vivermos um brutal desastre sócio-ambiental se alguma medida não for tomada em defesa do ambiente e da sociedade.

Às barragens elencadas acima, deverão somar-se outras já em operação: Emborcação; Itumbiara; Cachoeira Dourada e Canal de São Simão, no Rio Paranaíba; Corumbá I, no Rio Corumbá e Rochedo, no Rio Meia Ponte, fazendo com que, em uma área de raio não superior a 250 Km, tenhamos vinte e duas barragens contribuindo para uma transformação drástica da paisagem do Sudeste Goiano. No Estado de Goiás são oitenta hidrelétricas projetadas, e se construídas, deverão inundar uma imensa área, observando que, do lado mineiro, na margem esquerda do Rio

Paranaíba, mais de uma dezena de barragens completarão o cenário agonizante do cerrado brasileiro.

Está proposto o represamento de todos os principais afluentes do médio e alto curso dos Rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba, do lado goiano, comprometendo os poucos trechos de água corrente ainda existentes. Além do mais, trata-se de modificar substancialmente o regime hídrico das médias e microbacias hidrográficas a montante de cada reservatório, acarretando ajustamentos flúvio/erosivos nas cabeceiras de drenagem, já castigadas pela falta de ordenamento e planejamento do uso do solo, quer pelo adensamento populacional urbano, como no Entorno de Brasília, quer pela expansão da fronteira agrícola para a produção em larga escala. As grandes fazendas modernizadas (empresas rurais), que ocupam os topos das chapadas, exercem pressão sobre os ambientes de veredas e de matas ciliares. Esses empreendimentos no seu conjunto, acarretam uma série de macro-impactos ecológicos irreversíveis que estão sendo ignorados ou negligenciados pelos órgãos e agências de fiscalização e licenciamento ambientais. E esse problemas que são em escala local e regional refletem a questão a nível global.

A Comissão Mundial de Barragens (CMB) estudou durante o período de 1998 e 2000 oito grandes barragens, inclusive Tucuruí, no Brasil e apresentou as seguintes conclusões:

A Base de Conhecimento indica que é provável que os pobres, outros grupos vulneráveis e as gerações futuras arquem com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos de grandes barragens sem que obtenham uma parcela correspondente dos benefícios econômicos:

- Povos indígenas e tribais, e minorias étnicas vulneráveis, sofreram um nível desproporcional de deslocamentos e impactos negativos sobre os meios de subsistência, da cultura e existência espiritual.
- Populações afetadas, que moram perto de represas, bem como pessoas deslocadas e comunidades a jusante, sofreram frequentemente efeitos adversos sobre sua saúde e meios de subsistência decorrentes das mudanças no meio ambiente e da ruptura social.
- Dentre as comunidades afetadas, a desigualdade entre os sexos muitas vezes aumentou, com as mulheres sofrendo uma parcela desproporcional dos custos sociais e, via de regra, sendo discriminadas na partilha dos benefícios.

Onde existem tais iniquidades na distribuição dos custos e benefícios, o Estudo Global ressalta que uma abordagem do tipo “balanço geral” para contabilizar os custos e benefícios torna-se cada vez mais inaceitável em termos de equidade e como meio de escolher os “melhores” projetos. Seja como for, a verdadeira lucratividade econômica dos projetos de grandes barragens permanece

imponderável, pois os custos ambientais e sociais foram mal contabilizados em termos econômicos. Em particular, a não contabilização desses impactos e o não cumprimento dos compromissos assumidos levaram ao empobrecimento e sofrimento de milhões de pessoas. Isso tem gerado, em todo o mundo, uma oposição crescente às barragens por parte das comunidades afetadas. (CMB, 2000, [http://: www.dams.org](http://www.dams.org))

A Comissão Mundial de Barragens mostrou que a questão das populações atingidas nas barragens analisadas, sempre foi mal resolvida. E no Brasil, de acordo com o movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) já foram deslocados mais de um milhão de pessoas e outro tanto se encontra ameaçado pela insistência de continuidade do modelo. E insistir na continuidade desse modelo em um país com o potencial em fontes alternativas de energia, como o Brasil é, no mínimo uma política de subserviência e entreguismo. Afinal, a energia e a água são bens essenciais à soberania de qualquer país e a privatização desses bens, com ocorreu no período FHC, compromete a soberania brasileira.

O CASO DA BARRAGEM SERRA DO FACÃO – RIO SÃO MARCOS, NO SUDESTE DE GOIÁS

Trazer o exemplo da Barragem Serra do Facão serve para melhor compreender a questão do próprio modelo energético brasileiro, pois ele mostra o quanto o modelo é predador para a natureza e para a sociedade. E o estudo de caso possibilita o aprofundamento na compreensão e entendimento desses impactos, sem perder de vista que Serra do Facão faz parte do contexto mais amplo que é o próprio modelo energético brasileiro. Serra do Facão hoje é uma preocupação não só da população atingida/ameaçada, mas de muitos agentes da sociedade regional que têm tomado conhecimento da questão e se posicionado em defesa do rio São Marcos. Afinal de contas, este é o último curso d'água não barrado da bacia do Alto Paraná.

A energia elétrica gerada a partir do barramento dos rios, com a formação de imensos lagos, é a destruição dos ecossistemas e o deslocamento compulsório de trabalhadores rurais. O discurso oficial e economicista de que a energia gerada a partir de grandes represamentos é "limpa" e "renovável" contribui para reduzir o conceito de degradação ambiental, ignorando muitas formas de poluição, e tem negligenciado as pesquisas de outras fontes de geração de energia. Um país tropical como o nosso, com

vasto território, extenso litoral, as possibilidades de aproveitar a energia do Sol, dos ventos, da biomassa e mesmo das correntes marítimas são incalculáveis. Mas sabemos que discutir tais questões passa necessariamente pela crítica do próprio modelo energético vigente. O referido modelo foi aprofundado no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso com a privatização do setor elétrico, o que, na verdade, foi a transferência da energia e o controle das águas para grandes conglomerados econômicos, muitos deles estrangeiros, abrindo mão desses dois recursos imprescindíveis à soberania de qualquer nação.

E se o modelo energético brasileiro é excludente e predador como um todo, quando se expande às áreas de cerrado, os impactos ambientais e sociais se agravam. O cerrado é um ambiente extremamente explorado especialmente pela agricultura modernizada, que, em menos de trinta anos modificou drasticamente a paisagem, com destaque para os extensos chapadões que se tornaram imensos "mares" de soja. Os camponeses que não sucumbiram à *modernização* foram "empurrados" para as áreas enrugadas e para os vales dos rios, onde ainda resistem como produtores. A construção de barragens nos rios do cerrado desaloja esses camponeses que deixam de ser produtores e se tornam tão somente consumidores, potencializando os já graves problemas urbanos, além de afogar as últimas áreas de refúgio de fauna e flora típicas do bioma cerrado.

O barramento dos mananciais cerradeiros pode ter conseqüências para todo o equilíbrio do sistema hídrico a médio e longo prazo. É necessário também se considerar a tendência à diminuição da vazão e desaparecimento das nascentes que ficam sob o espelho d'água e, no caso da Serra do Facão, no rio São Marcos, serão centenas de nascentes atingidas, apontando para a possibilidade da diminuição do volume das águas a médio e longo prazo.

Os professores do curso de Geografia de Catalão/UFG, vinculados à AGB elaboraram um documento que critica o EIA/RIMA e PBA (Estudo de Impacto Ambiental; Relatório de Impactos ao Meio Ambiente e Plano Básico de Ações) do projeto Serra do Facão, denunciando as precariedades dos mesmos e apontando os problemas da produção de energia elétrica a partir de grandes barragens. Esse documento, que já conta com importantes adesões, exprime as preocupações, em nível regional, com os impactos

socioambientais que o empreendimento acarretará, e sugere que os novos licenciamentos para AHE sejam feitos mediante estudos por bacia hidrográfica e não por projetos separadamente. É necessário considerar que os efeitos ambientais são sinérgicos, não se restringindo aos limites da barragem como sugere o EIA/RIMA. O documento foi encaminhado a vários órgãos vinculados ao setor de energia e meio ambiente, como também ao Ministério Público Federal. E em julho de 2004, o Procurador Geral da República, Dr. Paulo Rocha Júnior, solicitou vistoria na área de influência do AHE Serra do Facão pelos técnicos da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão / Meio Ambiente e Patrimônio (CCR). A vistoria foi realizada em agosto do mesmo ano e o parecer técnico apresentado corrobora o documento elaborado pelos pesquisadores da AGB/sessão Catalão. **A Informação Técnica nº 185/2004 – 4 CCR** concluiu:

Os impactos levantados e discutidos nesta Informação Técnica, em especial a conspicuidade da biodiversidade ictiofaunística do rio São Marcos, o desaparecimento de espécies endêmicas e desconhecidas da ciência decorrentes do barramento, a dificuldade na manutenção ou formação de corredores de fuga e dispersão às faunas, a forte tendência de estratificação e eutrofização da água do reservatório, o alagamento de terras agricultáveis e a retirada de famílias que mantêm estreita relação com o ambiente natural, nos forçam a concluir que o Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, tal como projetado e locado, ocasionará grave e irreversível dano sócio-ambiental (AGB-CATALÃO, INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº 185/2004)

Essa **Informação Técnica** serviu de mote para uma Ação Civil Pública que anula o EIA do empreendimento Serra do Facão. Essa ação ainda não foi julgada em última instância.

Entendemos, como geógrafos, que o significado da luta não pode ser reduzido a uma forma de resistência para permanecer na terra ou para a obtenção de uma boa indenização ou mesmo o reassentamento das famílias noutras áreas. A luta contém elementos de defesa de um modo de vida e de relações sócio/econômicas com o espaço, ancoradas na manutenção de valores culturais e relações sociais que não podem ser realocados. A população atingida é tratada no EIA-RIMA como se fizesse parte do ambiente na mesma dimensão que pássaros ou peixes, montanhas ou árvores, como se aquela sociedade fosse o meio ambiente de uma hidrelétrica.

O Grupo GEFAC (Grupo de Empresas Associadas da Serra do Facão) o grupo

concessionário da barragem, presta um *desserviço* aos atingidos e à sociedade como um todo, apontando as vantagens da construção e afirmando que os impactos serão mitigados mediante políticas de compensação social. Apontam os efeitos sócio-econômicos do empreendimento, sempre buscando minimizar os prejuízos e os impactos negativos, superdimensionando vantagens como a abertura de empregos por ocasião da construção da obra, omitindo a transitoriedade e precariedade desses empregos. Falam sobre a contribuição para o desenvolvimento regional, mas não mencionam quem são os beneficiários diretos do empreendimento.

O deslocamento compulsório é um sério problema para a maioria dos atingidos, especialmente os pequenos produtores, residentes na área por várias gerações. Naqueles sítios estão suas raízes culturais, sociais, afetivas, construídas em um entorno que se modificará radicalmente. Em um país onde já existem milhões de pessoas passando fome, desalojar da terra mais de trezentas famílias é, no mínimo, uma política contraditória.

MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este exemplo, que aqui apresentamos, permite uma maior compreensão da realidade, visto que conhecer a área atingida, a população que está sendo afetada, possibilita aprofundar na controvérsia do próprio modelo energético brasileiro, pois o caso desta barragem explicita e reproduz a experiência já vivida por mais de um milhão de pessoas, que segundo o MAB, já foram deslocados por construção de barragens.

O movimento popular contra a barragem Serra do Facão tem conseguido importantes conquistas, dentre elas, o atraso do início da obra por mais de três anos. Algumas propostas do movimento, sugeridas pela AGB - sessão Catalão:

- que os projetos de construção de hidrelétricas sejam submetidos a um planejamento regional, tendo o rio como uma unidade territorial de planejamento integrado de geração de emprego e renda e da melhoria da qualidade de vida da população residente, e não serem discutidos, analisados e licenciados de forma individual como vem ocorrendo,

deixando para os estreitos limites dos EIA/RIMAs as definições de suas viabilidades. Mesmo porque, nesses estudos, as análises de custo-benefício sempre são favoráveis aos empreendedores;

- que os dispositivos legais previstos na Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1.997, devem ser considerados, sobretudo, no que diz respeito ao uso múltiplo das águas, bem como ao acesso livre aos recursos hídricos, com os propósitos de inclusão social e pela construção e garantia de cidadania;
- que os tratados e acordos de âmbito internacional sobre recursos hídricos, proteção e conservação da natureza, e o comprometimento com a política de sustentabilidade do cerrado sejam respeitados e acatados;
- que, para concessão de Licença de Instalação (LI), além do Plano Básico Ambiental (PBA), seja exigido o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial como determina a Resolução n.º 302 CONAMA de março de 2002, inclusive com a realização de Audiência Pública, para que seja cumprido um dos preceitos básicos da Política Nacional de Recursos Hídricos, que é a garantia de uso múltiplo das águas;
- que sejam consideradas questões ambientais e sociais;
- que seja realizada uma audiência pública, nos termos do CONAMA, presidida pelo Ministério Público Federal, para a necessária avaliação da viabilidade ou não da AHE Serra do Facão, no rio São Marcos, por ser o mesmo um rio federal, haja vista que nas audiências realizadas para o licenciamento da barragem foi cerceada a participação da população atingida;
- que se implementem pesquisas e levantamentos das potencialidades produtivas das terras e das propriedades atingidas;
- que se investiguem o quantitativo de postos de trabalho, nas propriedades rurais, que deverão ser extintos em decorrência das inundações, e qual o impacto regional no tocante ao aumento do desemprego nos centros urbanos.

Desde março de 2002, os empreendedores do AHE Serra do Facão, formado pelas

empresas Alcoa Alumínio S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, DME Energética, Votorantim Cimentos Ltda perceberam que a construção dessa barragem não seria recebida como algo inquestionável.

A luta não é somente contra a construção de mais uma barragem para AHE, é também um grito de alerta para a gravidade da questão, pois está em risco o que resta do cerrado. O alagamento dos vales e o afogamento das veredas e nascentes comprometem o berço das águas das bacias da América do Sul. Assim, é no cerrado que nascem os principais rios que banham toda América do Sul. Barrar estes rios pode comprometer, a médio e longo prazo, a qualidade de vida de milhões de pessoas. Pequenas nascentes afogadas, se extinguem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** Goiânia: Record, 2002.

APUZZO, C. B. e PONTES, B. M. S. **A fronteira Amazônica: o reverso das estratégias governamentais.** Natal: EDUFRN, 1996.

BRACO, A. M. (Org.). **Política energética e crise de desenvolvimento.** A antevisão de Castelo Branco. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRASIL - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Análise do EIA/RIMA do empreendimento AHE Serra do Facão, no rio São Marcos (GO/MG).** (INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 185/2004 – 4ª CCR).

BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil Sustentabilidade.** Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no Século XXI.** Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAVES, M. R. **Descentralização da Política de Meio Ambiente no Brasil e a Gestão dos Recursos Naturais no Cerrado Goiano**. 2003. 187 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL DAS BARRAGENS. Relatório da Comissão Mundial de Barragens, 200. **Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. Disponível em: <http://www.dams.org>. Acesso em Março de 2006.

GERMANI, G. I. **Expropriados de Terra e água**. O Conflito de Itaipu. 2 ed. Salvador: ULBRN/EDUFBA, 2003.

GRUPO DE EMPRESAS ASSOCIADAS SERRA DO FACÃO (GEFAC). **Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos ao Meio Ambiente do AHE Serra do Facão, rio São Marcos**. 2000. (mimeografado).

MESQUITA, H. A. de. **A Modernização da Agricultura**. Um caso em Catalão Goiás. 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1993.

MESQUITA, H. A. de. As Barragens para Aproveitamento Hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. **Revista UFG**. Ano 07, nº 1. Goiânia, Jun. 2005.

MÜLLER-PLATENBERG, C & AB'SABER, A. (Org.). **Previsão de impactos**. O estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiência no Brasil, na Rússia e na Alemanha. 2 ed., São Paulo: USP, 2002.

ORTIZ, L S. (Org.). **Fontes Alternativas de Energia e Eficiência Energética: opção para uma política energética sustentável na Brasil**. Campo Grande: Coalizão Rios Vivos/Fundação Heinrich Böll, 2002.

PORTO GONÇALVES, C. W. **A Globalização de Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIS, M.; BLOOMER N. M. S. (Org.). **Hidrelétrica e populações locais**. Florianópolis: UFSC, 2001.